

Secretarias de Estado

Ministério da Justiça

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA PENITENCIÁRIA

ATA DA 5ª REUNIÃO DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA PENITENCIÁRIA REALIZADA EM 17 DE NOVEMBRO DE 1980.

As nove horas do dia 17 de novembro de 1980, reuniu-se o Conselho Nacional de Política Penitenciária - CNPP, no quarto andar do Edifício Sede do Ministério da Justiça, sala quatrocentos e setenta. O Senhor Presidente deu início aos trabalhos com a presença dos Senhores Conselheiros ANTÔNIO VICENTE DA COSTA JÚNIOR, JOSÉ MAURO COUTO DE ASSIS, RICARDO ANTUNES ANDREUCCI, NEGI CALIXTO, ANTÔNIO ZAPPALÁ, JASON SOARES ALBERGARIA, JOSÉ DANTON DE OLIVEIRA, ABELARDO ARAUJO JUREMA, NABOR CESAR SIQUEIRA e EVERARDO DA CUNHA LUNA. Em ASSUNTOS GERAIS, o Senhor Presidente informou ao Plenário das atividades desenvolvidas pelo CNPP, no período compreendido entre 20 de outubro a 17 de novembro do corrente, a seguir enumeradas: 1) Encaminhamento de Ofício - circular a todas as Secretarias de Estado da Justiça, solicitando enviar a este Conselho, lei estadual ou provimento do Conselho Superior da Magistratura que terá regulado a concessão dos favores estabelecidos no artigo 30, parágrafo 6º, do Código Penal. 2) Encaminhamento de subsídios oriundos da Magistratura Nacional, aos Senhores Conselheiros Presidentes das Câmaras deste Conselho, encarregados da Revisão da Execução da Pena e do Processo Penal. 3) Encaminhamento de fichas bancárias a todos os integrantes deste Conselho, solicitando o preenchimento das mesmas, para abertura de conta no BANERJ-Brasília, a fim de se creditar jêtons. 4) Atendendo a convites da Secretaria de Estado da Justiça e do Instituto de Medicina Social de São Paulo, para a participação e apresentação de trabalhos ao II CONGRESSO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA, o Senhor Presidente se fez representar pelos Senhores Conselheiros HEBER SOARES VARGAS e RICARDO ANTUNES ANDREUCCI, que promoveram comunicações àquele conclave, sobre "SUGESTÕES PARA A POLÍTICA PENITENCIÁRIA DO IDOSO" e "A PRETEXTO DE UMA PESQUISA PENITENCIÁRIA" respectivamente. Ainda, como participante daquele conclave, o Senhor Presidente designou a Professora LUCINDA LEMOS DOS SANTOS ROCHA, Assessora deste Conselho. Além das providências adotadas pelo CNPP no período acima referido, o Senhor Presidente deu conhecimento ao Plenário dos seguintes expedientes recebidos: a) Ofício nº 29/80 -D- procedente do Instituto de Medicina Social de São Paulo - encaminhando sugestões para a Comissão deste Conselho, encarregada da Revisão do Processo Penal; b) Expediente s/nº -80- procedente da Vara de Execuções Criminais de Belo Horizonte, encaminhando sugestões para a Câmara deste Conselho, incumbida da Revisão da Execução da Pena; c) Expediente s/nº de 22.10.80, da Vara de Entorpecentes e Contravenções Penais do DF, apresentando sugestões para revisão da execução da pena e do processo penal; d) Ofício G-1.099/80 - do Tribunal de Justiça de São Paulo, encaminhando xerocópias de processo referente aos estudos do Plano de desenvolvimento do Sistema Penitenciário daquele Estado; e) Ofício nº 4.013/80 - da Assembleia Legislativa de São Paulo, informando da Moção nº 385/79, dirigindo apelo à Presidência da República no sentido de determinar a realização de estudos para inclusão no Código Penal, de dispositivo obrigando a presença de

advogado em todas as bases do inquérito policial; f) Ofício nº 76/80 - do Serviço Público do Estado de Minas Gerais, encaminhando as proposições genéricas à Revisão do Processo e Execução da Pena. A ORDEM DO DIA versou sobre os seguintes temas: a) Indulto Natalino; b) II Congresso Brasileiro de Administração Penitenciária; c) Apreciação do Programa Nacional de Formação e Treinamento de Pessoal Penitenciário; d) recebimento dos Planos de Trabalho do CNPP. Sobre o Indulto Natalino, o Dr. JARBAS FIDÉLIS DE SOUSA, Diretor do DEPEN-MJ, apresentou minuta de sugestão ao Exmº Senhor Ministro de Estado da Justiça, a qual mereceu exame e debate pelo CNPP, advindo daí, alterações ao texto original. Tendo em vista os Decretos nºs 84.223, de 20 de novembro de 1979 e 84.848, de 26 de junho de 1980, referentes a indulto, o texto original contemplava como novidades, as seguintes modificações: 1º) Projeção do indulto aos apenados que, da data da publicação do Decreto até 25 de dezembro de 1981, viessem completar, no mínimo, um terço da pena aplicada, se primários, ou metade, se reincidentes. 2º) Exclusão do benefício aos condenados pelos crimes dos incisos I, II e III do parágrafo 2º do artigo 157 do Código Penal. Debatido e examinado o texto original pelos Srs. Conselheiros, recebeu o texto definitivo redação do Dr. Diretor do DEPEN, já considerando as alterações aprovadas pelo plenário do CNPP, a saber: 1º) Por proposta do Sr. Conselheiro JOSÉ MAURO COUTO DE ASSIS, foi estendida a projeção do benefício do indulto, aos apenados, que da data da publicação do Decreto até 25 de dezembro de 1981, viessem a completar sessenta anos de idade, dispensados, também, neste caso, da exigência do item I do artigo 6º dos Decretos anteriores, proposta que foi à unanimidade, acolhida pelo plenário. 2º) Proposta do Sr. Conselheiro ANTONIO VICENTE DA COSTA JÚNIOR, no sentido de reduzir, para trinta anos, as penas privativas da liberdade superior a esse limite, sem a exigência do item I do artigo 6º dos Decretos de Indulto Natalino anteriores, proposta que mereceu acolhida, à unanimidade, pelo plenário. 3º) Proposta do Sr. Conselheiro RICARDO ANTUNES ANDREUCCI, para que o direito à concessão do benefício não sofresse solução de continuidade, no caso de recurso interposto pelo Ministério Público, quando fosse mantida no julgamento deste, o quantum de pena fixada em primeira instância, proposta que mereceu acolhida, à unanimidade, pelo plenário. 4º) Propostas dos Srs. Conselheiros ANTONIO VICENTE DA COSTA JÚNIOR e EVERARDO DA CUNHA LUNA, respectivamente, excluindo do benefício os crimes contra a paz pública, na hipótese do artigo 288 do Código Penal, e os do artigo 158 e seu parágrafo 1º, propostas que foram acolhidas pelo plenário por maioria, vencido o Sr. Conselheiro JOSÉ MAURO COUTO DE ASSIS, que genericamente discordava de novas exclusões, notadamente, a exclusão dos incisos I, II e III do parágrafo 2º do artigo 157 do Código Penal. Com relação ao II CONGRESSO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA, o Senhor Presidente facultou a palavra ao Senhor Conselheiro RICARDO ANTUNES ANDREUCCI que em breve relatório discorreu sobre as teses apresentadas informando que falou em nome do Conselho e de seu posicionamento na presente fase. Abordou ainda a necessidade de se efetivar um Sistema de controle Estatístico Penitenciário e a verificação da possibilidade do CNPP realizar, em período a ser fixado, um conclave que viesse a consolidar o pensamento nacional sobre penitenciarismo. Dando prosseguimento o Senhor Presidente solicitou para apreciação, a entrega dos Planos de Trabalho do CNPP. A seguir foram feitas apreciações críticas sobre o Programa Nacional de Formação e Treinamento de Pessoal Penitenciário por solicitação do Relator da matéria Senhor Conselheiro ANTONIO ZAPPALÁ. Além de sugestões encaminhadas por escrito pelos Senhores Conselheiros NABOR CESAR SIQUEIRA, FRANCISCO SERRANO NEVES, RICARDO ANTUNES ANDREUCCI e JASON SOARES ALBERGARIA, outras